



PREFEITURA DO
RECIFE

Contrato de Prestação de Serviços, nº 4801.01.54.2019, que entre si celebram o MUNICÍPIO DO RECIFE e a GLEN COE INFORMÁTICA LTDA - ME, na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DO RECIFE, entidade de direito público interno, sediado no Cais do Apolo, nº 925, no bairro do Recife, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.565.000/0001-92, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE, com fulcro no Decreto Municipal nº 27.726, de 07.02.2014, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Sr. JAILSON DE BARROS CORREIA, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF/MF sob o nº 631.466.494-20, portador da cédula de identidade nº 5.894-917-SSP/PE, residentes e domiciliado nesta cidade, e do outro lado, a GLEN COE INFORMÁTICA LTDA ME, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.554.577/0001-61, com sede na Rua Manoel Bezerra, nº 64, Madalena, Recife -PE, CEP 50.610-250, representada neste ato pelo Sr. HAMILTON ALVES PESSOA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 436.307.074-91, portador da cédula de identidade nº 2.901.228 - SSP/PE, residente e domiciliado nesta cidade, celebram o presente instrumento com observância estrita de suas Cláusulas, que, em sucessivo, mútua e reciprocamente, outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de direito público, além dos especificamente previstos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se supletivamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidação determinada pelo art. 3º da Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994 - D.O.U. datado de 09 de junho de 1994, vinculado à Ata de Registro de Preços nº 001/2019, referente ao Processo Licitatório nº 006/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 006/2018, na condição de Órgão “Não-Participante” ou “Carona” e à Proposta da CONTRATADA, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico remoto ao ambiente de produção, treinamento e suporte técnico especializado “on-site” na Plataforma Pentaho Business Analytics Community Edition, incluindo mineração de dados utilizando o Waikato Environment for Knowledge Analysis 3.7 ou outra ferramenta gratuita de uso irrestrito e ilimitado, para a tender as necessidades da CONTRATANTE, de acordo com as condições, especificações e os quantitativos descritos no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº 006/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2018, conforme tabela abaixo:

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

1/16



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE SAÚDE

DEAJ/SS





PREFEITURA DO
RECIFE

LOTE ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. CONCEDIDA	PRÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
3	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO "ON-SITE"			
3.1	Horas de Serviço de suporte técnico especializado "on site"	6.000	119,00	714.000,00
VALOR GLOBAL				R\$714.000,00

DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA SEGUNDA: Faz parte integrante deste Contrato, o Processo Licitatório nº 006/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2018, seus anexos, Ata de Registro de Preços e a Proposta da CONTRATADA.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA: Os recursos alocados para a realização do objeto deste Contrato correrão à conta das Dotações Orçamentárias nº 4801.10.122.2.165.2.617 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.37 - Fonte: 0244; nº 4801.10.302.1.238.2.085 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.37 - Fonte: 0244; nº 4801.10.301.1.237.2.724 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.37 - Fonte: 0244.

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA: O valor global do Contrato é de R\$ 714.000,00 (setecentos e quatorze mil reais).

§1º. Pagamento mensal das horas utilizadas para a entrega dos serviços solicitados sob demanda, a partir do mês subsequente ao da prestação de serviços e apresentação das notas fiscais/faturas.

§2º. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA e entregues na CONTRATANTE, que conferirá o quantitativo de horas utilizadas, colherá o ateste de que os serviços foram realizados satisfatoriamente e providenciará os trâmites para pagamento, que será efetivado mediante depósito bancário, em conta corrente mantida pela CONTRATADA, no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente, após a entrega das faturas.

I - As notas fiscais/faturas dos serviços deverão ser apresentadas até o 3º (terceiro) dia útil do mês de pagamento, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

2/16





da nota fiscal/fatura.

§3º. No corpo da Nota Fiscal, deverá constar a descrição completo do produto/serviços entregue(s), bem como o preço unitário e total e o número da nota de empenho correspondente.

§4º. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude do presente Contrato, de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços.

DO PRAZO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA QUINTA: O objeto deverá ser executado de acordo com as disposições do Anexo II - Termo de Referência do Edital, devendo ser iniciado em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do Contrato.

§1º. Os serviços, objeto deste Contrato, serão prestados na sede da CONTRATANTE.

§2º. A ocorrência de qualquer fato ou condição que, justificadamente, possa atrasar ou impedir a entrega do objeto, deverá ser participado por escrito, à contratante através do gestor de contrato indicado, sugerindo à CONTRATANTE as medidas necessárias para a solução do impasse.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SEXTA: O recebimento do objeto do Contrato se dará através do aceite proferido pelo Gestor do Contrato, em Nota Fiscal Fatura, mensalmente.

§1º. A aceitação final dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela veracidade das informações e pela quantidade do objeto contratado, devendo atender a todas as exigências deste Edital e do Contrato e seus anexos, sob pena de ser considerado inadimplente, sendo aplicadas às sanções previstas neste Edital e no Instrumento Contratual.

§2º. O recebimento não excluirá a CONTRATADA da responsabilidade, quanto à ética profissional, pela perfeita execução do objeto.

§3º. Todos os produtos resultantes dos serviços desenvolvidos pela CONTRATADA deverão ser entregues à CONTRATANTE, que terá direito patrimonial e a propriedade intelectual sobre os mesmos.

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

3/16





CLÁUSULA SÉTIMA: Prazo de vigência do Contrato para todos os serviços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, na forma do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93

§1º. Na hipótese de prorrogação do Contrato observar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 32.425/2019 e desde que o prazo da prestação dos serviços ultrapasse 12 (doze) meses, o reajuste deve ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente ao surgimento do direito ao reajuste, sob pena de perda do direito ao reajuste que seria devido até a prorrogação.

§2º. No caso de prorrogação, caso o mercado esteja, por razões tecnológicas ou contábeis ou por novas realidades de negócios, praticando preços mais baixos, reajustar os valores contratuais.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA OITAVA: Na hipótese de reajuste, o índice será o IPCA fornecido pelo IBGE, dos últimos doze meses. A repactuação dos preços dos serviços contratados poderá ser admitida nos termos do Decreto Municipal nº 32.428/2019.

DA GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA: A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, para o objeto contratado, no prazo de até 20 (vinte) dias, após a assinatura do Contrato, a comprovação de garantia de execução contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme § 2º, do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, com prazo de validade, no mínimo, igual ao prazo de vigência do Contrato, dentre as opções abaixo:

- I - A fiança será prestada por Instituição Financeira, devendo constar, entre outras condições, a renúncia expressa ao benefício do Artigo 827 do Código Civil Brasileiro;
- II - O Seguro – garantia consistirá na emissão de apólice, por Entidade Seguradora em funcionamento no Brasil, em favor da CONTRATANTE;
- III - A caução em dinheiro será depositada na conta-corrente bancária da CONTRATANTE.

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

4/16





§1º. A garantia contratual, verificado o cumprimento das obrigações contratuais, será devolvida mediante requerimento da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do termo de finalização da execução do objeto contratado;

§2º. A garantia efetuada mediante caução em dinheiro será atualizada de acordo com a variação do índice de rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia do mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito até o seu efetivo levantamento, devendo o depósito ser efetuado no banco indicado pela CONTRATANTE. A referida caução será restituída após a execução do Contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA: Executar o objeto na forma e termos reportado neste Instrumento e conforme exigências contidas no Processo Licitatório nº 006/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2018, e seus anexos.

§1º. Executar o objeto, conforme o que se segue:

- a) Executar perfeitamente os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância.
- b) Manter a CONTRATANTE informada das versões/atualizações, correções (patches) e vulnerabilidades dos softwares, bem como sobre as datas previstas de fim do suporte e descontinuidade de versões dos softwares componentes da Solução.
- c) Disponibilizar a versão inicial e novas versões e atualizações para downloads, acompanhadas de manuais e/ou boletins informativos das funcionalidades implementadas e procedimentos de instalação, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.
- d) Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- e) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
- d) Fiscalizar o cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

5/16





PREFEITURA DO

RECIFE

integralmente os ônus decorrentes, fiscalização essa que se dará independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE.

- e) Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste edital, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação.
- f) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do futuro contrato.
- h) Manter, durante o prazo contratual, todas condições e qualificações exigidas neste Termo de Referência, nos termos do Art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.
- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste edital.
- j) Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios porventura colocados à disposição para execução dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CONTRATANTE das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização destes.
- l) Cumprimento a Política de Segurança da Informação EMPREL (RISI), no manuseio de informações da CONTRATANTE ou por ela custodiadas, com intuito de garantir a observância da Política de Segurança da Informação.
- m) Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, dedicando especial atenção à sua guarda, quando for o caso.
- n) Manter sigilo absoluto em relação a todos os dados acessados ou que venham a ser gerados, no processo de prestação dos serviços. Não divulgar dados ou informações relacionadas aos produtos objeto do presente Instrumento.

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

6/16





- o) Documentar todas as fases de execução dos projetos desenvolvidos, os problemas, características e soluções vinculadas, bem como, manter sigilo sobre as informações recebidas e resultados alcançados.
- p) Recrutar os técnicos, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CONTRATANTE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora.
- q) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CONTRATANTE.
- r) Preencher corretamente o Relatório de Atendimento Técnico (RAT), bem como se responsabilizar pelas informações nele contidas.
- s) Colher avaliação e assinatura do cliente sob carimbo, em locais específicos do RAT e encaminhar à CONTRATANTE, informando o tipo da atividade executada.
- t) Encaminhar à CONTRATANTE os RAT, imediatamente após a conclusão dos serviços.
- u) Fornecer e manter relação atualizada com nome e qualificação dos técnicos responsáveis pela execução do serviço nos ambientes da CONTRATANTE.
- v) A substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica, desde que por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, somente poderá ocorrer através de aprovação da CONTRATANTE.
- x) Atender, nas condições ora estabelecidas, a todo e qualquer chamado que venha a receber da CONTRATANTE, conforme prazos estabelecidos neste Contrato.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O regime jurídico deste Contrato confere ao

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

7/16





PREFEITURA DO

RECIFE

CONTRATANTE as prerrogativas de:

- I. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II. rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/1993;
- III. fiscalizar-lhe a execução;
- IV. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

§1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância da CONTRATADA.

§2º. Na hipótese do inciso I desta cláusula, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Comunicar, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes à liquidação da despesa deste Contrato.
- b) Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela CONTRATADA;
- c) Fazer publicar na imprensa oficial, os extratos das atas, dos respectivos contratos e seus eventuais aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: São conferidos à CONTRATADA os direitos relacionados no art. 59, § 2º do art. 79 e art. 109 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o serviço dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.
- b) Os serviços prestados obedecerão a rotinas estabelecidas pelo CONTRATANTE;

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

8/16

PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE SAÚDE

DEAJ/SS





- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- d) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- e) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- f) Manter, durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
- g) Não executar alteração ou acréscimo de quantitativos sem a competente autorização escrita do CONTRATANTE, através de termo aditivo.
- h) Designar por escrito, prepostos aceitos pela Administração, durante o período de vigência do contrato, que tenha capacidade para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações do CONTRATANTE;
- i) A CONTRATADA não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços, objeto do contrato.

DA FISCALIZAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: É reservado ao CONTRATANTE, sem restringir a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços executados, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Compete ao CONTRATANTE a designação, mediante Termo específico, do servidor responsável para exercer a fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhe informar à CONTRATADA sobre eventuais vícios ou irregularidades, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observadas, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

9/16





§1º. A CONTRATADA será notificada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

§2º. O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a legislação ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa.

§3º. O servidor designado deverá tomar ciência de sua incumbência de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior.

§4º. O servidor designado deverá anotar em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da licitante vencedora em saná-las no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o fornecedor, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, ficarão sujeito às seguintes penalidades:

I) Advertência

II) Multa de:

a) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento do objeto licitado, limitada a incidência a 30 (trinta) dias, podendo ocorrer a não- aceitação do objeto após o trigésimo dia e a critério do CONTRATANTE, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

10/16





c)30,0 % (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

- III) Impedimento de licitar com o CONTRATANTE e descredenciamento do sistema municipal de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma do edital e da lei, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, acarretando o cancelamento da inscrição do Certificado de Habilitação de Firms, no Setor de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Município do Recife.

§1º. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

§2º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

§3º. As sanções previstas nos incisos III e IV desta Cláusula também poderão ser aplicadas ao fornecedor que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

§4º. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais, quando:

1. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. comportar-se de modo inidôneo;
5. cometer fraude fiscal.

§5º. Com referência à sanção de que trata o inciso II desta cláusula, decorrido o

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

11/16





PREFEITURA DO
RECIFE

prazo de defesa sem que o fornecedor se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

§6º. Uma vez recolhida a multa de que trata esta cláusula, e na hipótese de vir o fornecedor a lograr êxito em recurso que apresentar, o CONTRATANTE devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão da contratação:

- I) Atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- II) O cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução deste Contrato não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha as condições de habilitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Ao CONTRATANTE, é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DA PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A CONTRATADA autoriza o acesso irrestrito da Administração às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução deste Contrato, incluindo as informações fiscais e bancárias dos signatários deste Contrato, nos termos da Lei Municipal nº 17.765/12.

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

12/16





PARÁGRAFO ÚNICO: As informações obtidas em conformidade ao disposto nesta cláusula serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

DA SUCESSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: O presente Instrumento obriga as partes CONTRATANTES e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo integral cumprimento das obrigações contidas no mesmo.

DA LICITAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: O presente instrumento contratual é decorrente da Ata de Registro de Preços Nº 001/2019 da Emprel, Processo Licitatório nº 006/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2018, na condição de órgãos não-participante ou "Carona", e à Proposta da CONTRATADA.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: É de inteira responsabilidade do Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde a tempestividade da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Recife.

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Fazem parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos: a CI nº 02/2019, de 29.03.2019; Ofício nº 01/2019 - GSIS/GGTI/DEPOGI/SESAU, de 18.03.2019; Correspondência da CONTRATADA, de 20.03.2019; Ofício nº 02/2019 - GSIS/GGTI/DEPOGI/SESAU, de 18.03.2019; Autorização de Carona nº 005/2019, de 21.03.2019; CI nº 392/2019 - GAJ/DEAFI/SS, de 08.04.2019; Bloqueio de Saldo Orçamentário e Financeiro nº 2019.48 01.5.1163 e nº 2019.48 01.5.1917; CI nº 416/2019 - GAJ/DEAFI/SS, de 11.04.2019; Justificativa Assinada; Declaração do Solicitante da Carona, de 15.04.2019; Ofício nº 66/2019 - GGF/DEAFI, de 15.04.2019; Análise da Assistência Técnica da GGLIC; CI nº 906/2019 - GAJ/DEAFI/SS, de 11.06.2019; CI nº 1036/2019 - GAJ/DEAFI/SS, de 01.06.2019; Ofício nº 107C/2019 - DEAF/SS, de 04.07.2019; Parecer da PTLC; Diligência nº 0728/2019 - PTLC; Ata de Registro de Preços nº 001/2019, referente ao Processo Licitatório nº 006/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 006/2018-EMPREL, na condição de Órgão "Não-Participante" ou "Carona", e a Proposta da CONTRATADA.

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

13/16





DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: É vedada a subcontratação do objeto deste Contrato, no todo ou em parte.

§1º. Para adaptar e atualizar as disposições deste Contrato às alterações jurídicas e/ou econômicas que ocorrerem durante sua vigência, a CONTRATANTE promoverá a elaboração de aditivo contratual, será observado o Art. 81 da Lei nº 13.303/2016.


§2º. Os termos e condições aqui estipulados, substituem todos e quaisquer entendimentos anteriores, verbais e/ou por escrito, constituindo este documento, o que evidencia as transações objeto deste Contrato.


DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Fica desde já, declarado pelas partes, com base no § 2º do art. 55 da Lei nº 8.666/93, o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, ficando registrado em livro próprio da Procuradoria Geral do Município, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº. 8.666/93.

Recife, 29 de julho de 2019.


JAILSON DE BARROS CORREIA
Secretário de Saúde


HAMILTON ALVES PESSOA
Glen Coe Informática LTDA - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/MF nº _____

2. _____
CPF/MF nº _____

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

14/16



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE SAÚDE

DEAJ/SS



PREFEITURA DO

RECIFE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4801.01.54.2019, FIRMADO EM 29 DE JULHO DE 2019.

Modalidade: Pregão Presencial.

Base Legal: Art. 22 do Decreto Municipal nº 27.070, de 10 de maio de 2013 e Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

Processo de Licitação: Ata de Registro de Preços nº 001/2019, referente ao Processo Licitatório nº 006/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 006/2018-EMPREL, na condição de Órgão “Não-Participante” ou “Carona”.

Contratantes: MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE SAÚDE E A GLEN COE INFORMÁTICA LTDA - ME.

Objeto: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico remoto ao ambiente de produção, treinamento e suporte técnico especializado “on-site” na Plataforma Pentaho Business Analytics Community Edition, incluindo mineração de dados utilizando o Waikato Enviroment for Knowledge Analysis 3.7 ou outra ferramenta gratuita de uso irrestrito e ilimitado, para a tender as necessidades da Secretaria de Saúde, de acordo com as condições, especificações e os quantitativos descritos no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº 006/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2018, conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. DE HORAS CONCEDIDA	PRÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
3	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO "ON-SITE"	6.000	119,00	714.000,00
VALOR GLOBAL			R\$714.000,00	

Preço Global: R\$ 714.000,00 (setecentos e quatorze mil reais).

Prazo: De 12 (doze) meses, tendo como termo inicial o dia 01.08.2019 e termo final o dia 31.07.2020.

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

15/16





PREFEITURA DO
RECIFE

Dotação Orçamentária: n° 4801.10.122.2.165.2.617 - Elemento de Despesa n° 3.3.90.37 - Fonte: 0244; n° 4801.10.302.1.238.2.085 - Elemento de Despesa n° 3.3.90.37 - Fonte: 0244; n° 4801.10.301.1.237.2.724 - Elemento de Despesa n° 3.3.90.37 - Fonte: 0244.

Nota de Empenho: n° 2019.03014.

Recurso Financeiro: Transferência do SUS.

Con019324Vinicius/Clara
2019.02.002966

NN. 2019.02.002966

Rua Cais do Apolo, 925, São José - CEP 50030903, Recife-PE

16/16

